

BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.863.655/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais da Bradseg Participações S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que incluem as Notas Explicativas, e o Relatório dos Auditores Independentes.

Empresas Controladas e Coligadas

Em 31 de dezembro de 2024, a Bradseg Participações S.A., possuía investimentos nas seguintes empresas: Bradesco Seguros S.A., Bradesco Segprev Investimentos Ltda., Bradescor Corretora de Seguros Ltda., BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. e Bradesco Gestão de Saúde S.A.

Em 2024, as receitas de prêmios, contribuições de previdência e receitas de capitalização atingiram R\$ 121,1 bilhões, representando um crescimento de 13,6% em relação a 2023, apurado conforme os padrões contábeis estabelecidos pela SUSEP e pela ANS, que desconsideram as normas do CPC 50 (IFRS 17). Desse total, R\$ 59,822 bilhões referem-se às operações de Seguros, sendo R\$ 37,641 bilhões provenientes de receitas com operações de assistência à saúde e R\$ 22,181 bilhões de prêmios emitidos, o que representa um crescimento de 11% em relação ao ano anterior.

A Sociedade é administrada por um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, e por uma diretoria.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do Capital Social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradseg Participações de 30% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções legais e distribuições previstas no próprio estatuto.

Desempenho das Operações

O resultado acumulado do exercício de 2024 foi de R\$ 7,960 bilhões (R\$ 6,893 bilhões em 2023) e o patrimônio líquido somou R\$ 35,278 bilhões em dezembro de 2024 (R\$ 38,878 bilhões em dezembro de 2023).

Acordo de Investimento

A Bradseg Participações S.A., na qualidade de controlador indireto da Atlântica Hospitais Participações S.A., através de sua controlada Bradesco Gestão de Saúde S.A., informa o seguinte evento ocorrido em novembro de 2024:

O Banco Bradesco S.A. comunicou aos seus acionistas a celebração de um Acordo de Investimento com o grupo Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or") para inclusão do Hospital São Luiz Campinas na rede hospitalar Atlântica D'Or. Essa ação expandiu a parceria celebrada com a Rede D'Or, divulgada ao mercado em 8 de maio de 2024 e conservou a participação, na estrutura existente, ficando 50,01% para a Rede D'Or e 49,99% para a Atlântica. A expansão da parceria está alinhada com a estratégia da Atlântica de investir na cadeia de valor do setor de saúde por meio de parcerias com *players* estabelecidos na operação de hospitais.

Investimentos

As aplicações financeiras e os investimentos alcançaram, ao final do exercício, o montante de R\$ 36,273 bilhões (R\$ 40,202 bilhões em 2023).

As aplicações financeiras estão classificadas nas categorias valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme normas contábeis em vigor.

Evento Societário

Em 30 de abril de 2024 ocorreu o aumento de capital no montante de R\$ 575 milhões. Maiores detalhes constam na Nota Explicativa nº 11b às Demonstrações Contábeis Individuais.

Controles Internos

A atribuição de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, sejam de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro, sustentável e controlado satisfatoriamente. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e os principais *frameworks* internacionais de controles, tais como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e o COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*).

Compliance

A estrutura de *Compliance* visa a aderência às legislações e regulamentações aplicáveis ao negócio, produtos e serviços. Dentre suas responsabilidades estão: a identificação e avaliação dos riscos regulatórios; o monitoramento e suporte contínuo às atividades destinadas à garantia da conformidade; e o apoio ao acultramento e conscientização dos temas de *compliance*. Adicionalmente, para o tratamento das violações ao Código de Conduta Ética Setorial da Bradseg Participações S.A., suas ligadas e controladas, contamos com canal de denúncia que recebe manifestações de: desvios éticos, integridade, condutas anticompetitivas, assédio de qualquer natureza, entre outras. O canal conta com garantia de sigilo e anonimato, proteção ao denunciante de boa-fé. As tomadas de decisão e o resguardo aos padrões de conduta e as responsabilidades corporativas são atendidas, conforme as governanças estabelecidas.

Gestão de Riscos

A Bradseg Participações e suas Investidas adotam as melhores práticas de Gestão de Riscos, regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que a Companhia está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Governança de Dados e Segurança da Informação

Diante da evolução, ampliação e velocidade das soluções digitais, adotamos um arcabouço de normas, processos, procedimentos e controles com o objetivo de conduzir o adequado gerenciamento e diligência à privacidade, segurança da informação e cibernética, sempre direcionados pelos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e definições emanadas pelos Órgãos Reguladores sobre Segurança da Informação e Cibernética. Sendo assim, a Bradseg Participações aprimora continuamente sua governança, com a adoção de medidas (preventivas e/ou tempestivas), mantendo o foco no compromisso organizacional com a disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade dos *stakeholders* e dos ativos de informação, sempre apoiadas nos direcionamentos do encarregado de Proteção de Dados ou *Data Protection Officer* (DPO), durante todo o ciclo de tratamento de dados, concentrando esforços na conformidade aos dispositivos legais aplicáveis para melhoria da qualidade, transparência, proteção aos dados, capacidades obrigatórias e ações de conscientização e acultramento. Para tanto, aplicamos as boas práticas de segurança, para proteção, identificação, detecção, respostas a ameaças e recuperação de cenários de negócio, bem como a revisão de normas internas, processos, documentos firmados com terceiros e sistemas de informação e controles e o atendimento as solicitações de titulares de dados pessoais em geral, dentre outras atribuições.

Os trabalhos referentes à Gestão de Riscos, Controles Internos, *Compliance* e Governança de Dados e Segurança da Informação são realizados pela Bradesco Seguros (Holding).

Osasco, 28 de março de 2025.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023						
(Em milhares de reais)						
	Notas	2024	2023	Notas	2024	2023
ATIVO						
CIRCULANTE		8.304.428	6.351.913		5.174.508	2.555.224
Disponível		596	2.774		5.174.508	2.555.224
Bancos		596	2.774			
Aplicações	4	4.911.314	5.611.924			
Títulos e créditos a receber		3.392.518	737.215			
Créditos a receber	5	3.155.776	525.275			
Créditos tributários e previdenciários	6.a	236.742	211.940			
NÃO CIRCULANTE		32.866.640	35.723.906			
Realizável a longo prazo		1.817.353	1.488.528			
Aplicações	4	312.551	352.830			
Títulos e créditos a receber		1.504.802	1.133.698			
Créditos tributários e previdenciários	6.a	787.136	495.342			
Depósitos judiciais e fiscais	10.b	716.279	637.041			
Outros créditos operacionais		1.387	1.315			
Investimentos		31.049.287	34.237.378			
Investimentos em controladas e coligadas	7	31.049.287	34.237.378			
TOTAL DO ATIVO		41.171.068	42.075.819			
PASSIVO						
CIRCULANTE		5.174.508	2.555.224		5.174.508	2.555.224
Contas a pagar		5.174.508	2.555.224			
Obrigações a pagar		8	5.089.594	2.461.275		
Impostos e encargos sociais a recolher			570	720		
Impostos e contribuições	9	84.344	93.229			
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		719.055	643.080			
Outros débitos		719.055	643.080			
Provisões judiciais	10.a	719.055	643.080			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		35.277.505	38.877.515			
Capital social		19.300.000	18.725.400			
Reservas de lucros		17.728.286	19.484.415			
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.697.617)	763.405			
Ações em tesouraria		(53.164)	(95.705)			
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		41.171.068	42.075.819			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Em milhares de reais)			
	Notas	2024	2023
Receitas operacionais - equivalência Patrimonial	7	7.738.739	6.568.226
Resultado Bruto		7.738.739	6.568.226
Outras despesas/receitas operacionais		(5.438)	110.245
Despesas administrativas	13. a	(83.952)	(90.434)
Despesas tributárias	13. b	(24.537)	(30.204)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		7.624.812	6.557.833
Resultado financeiro	13. c	413.266	464.014
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		8.038.078	7.021.847
Imposto de renda	13. d	(57.330)	(94.252)
Contribuição social	13. d	(21.095)	(34.265)
Lucro Líquido do Exercício		7.959.653	6.893.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES INDIVIDUAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Em milhares de reais)			
	Notas	2024	2023
Lucro líquido do exercício		7.959.653	6.893.330
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Resultados não realizados de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):			
Companhia		(34.526)	(25.155)
Investidas		(4.257.910)	3.690.932
Imposto de renda e contribuição social		11.739	8.553
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Resultados não realizados de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):			
Companhia		(802.265)	268.032
Investidas		2.349.170	1.265.455
Imposto de renda e contribuição social		272.770	(91.131)
Total do resultado abrangente do exercício		5.498.631	12.010.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023							
(Em milhares de reais)							
	Capital Social	Reserva legal	Reservas de lucros Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Acções de tesouraria	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2023	18.225.400	2.725.319	15.846.448	(4.266.737)	(173.376)	945.178	33.302.232
Aumento/Redução de Capital:							
- Aumento de capital conforme AGE de 28.04.2023	500.000	-	(500.000)	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	160.299	-	-	160.299
Ajustes com títulos e valores mobiliários - reflexa	-	-	-	3.690.932	-	(1.141.114)	2.549.818
Efeitos do CPC 50 em controladas	-	-	-	-	-	(1.282.653)	(1.282.653)
Efeitos da taxa de juros reconhecido em controladas	-	-	-	1.265.455	-	-	1.265.455
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(10.725)	(66.945)	77.670	-	-
Outorga de ações reconhecida em controlada	-	-	36.257	(19.984)	-	-	16.273
Outros resultados abrangentes	-	-	-	385	-	-	385
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Venda de ações	-	-	-	-	-	46.427	46.427
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.893.330	6.893.330
Proposta para destinação do lucro líquido	-	422.105	1.643.007	-	-	(2.065.112)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(2.396.056)	(2.396.056)
Destinação dividendos extra	-	-	(677.995)	-	-	(1.000.000)	(1.677.995)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	18.725.400	3.147.424	16.336.992	763.405	(95.706)	-	38.877.515
Aumento/Redução de Capital:							
- Aumento de capital conforme AGE de 30.04.2024	574.600	(574.600)	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	(552.282)	-	-	(552.282)
Ajustes com títulos e valores mobiliários - reflexa	-	-	-	(4.136.918)	-	(268.267)	(4.405.185)
Efeitos do CPC 50 e Circular 678 em controladas	-	-	-	(37.775)	-	94.860	57.085
Outorga/recompra de ações reconhecida em Controlada	-	-	1.404	(83.217)	42.542	-	(39.271)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	2.349.170	-	-	2.349.170
Dividendos extra com reserva	-	-	(6.756.000)	-	-	-	(6.756.000)
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Outros resultados abrangentes que não transitaram no resultado	-	-	-	-	-	80.068	80.068
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.959.653	7.959.653
Proposta para destinação do lucro líquido	-	335.121	5.237.945	-	-	(5.573.066)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(2.293.248)	(2.293.248)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	19.300.000	2.907.945	14.820.341	(1.697.617)	(53.164)	-	35.277.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS	
(Em milhares de reais)	
1. Contexto operacional	d. Segregação entre circulante e não circulante
A Bradseg Participações S.A. é uma Companhia por ações de capital fechado regida por Estatuto Social e disposições legais que lhes forem aplicadas e pode, para consecução de seus fins e por critério da Diretoria, instalar ou suprir sucursais, filiais, escritórios e dependências de qualquer natureza no País e no Exterior. Constitui objeto exclusivo da Companhia a participação no Capital Social de outras Companhias que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social daquela Instituição. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Alphaville, 779, 17º andar, parte, Sala 1701, Sítio Tamboré Alphaville, Barueri, SP. A Companhia é controlada direta do Banco Bradesco S.A.	A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de apresentar no não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto os depósitos judiciais.
As demonstrações contábeis individuais da Bradseg Participações foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2025.	
2. Principais políticas contábeis materiais	e. Aplicações e instrumentos financeiros
As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais.	A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPCs 48 e 46, mensurando os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia classifica os ativos financeiros em três categorias: Mensurados ao custo amortizado, Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).
a. Declaração de conformidade e base de preparação	(i) Modelo de negócio
As presentes demonstrações contábeis individuais foram preparadas em conformidade com o padrão contábil adotado no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As demonstrações financeiras consolidadas da companhia não estão sendo apresentadas, neste momento, dado a facilidade prevista no item 4 do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.	Configura a maneira pela qual o Grupo administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês <i>Solely Payment of Principal and Interest</i>). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.
b. Base para avaliação e moeda funcional	(ii) Teste de Pagamento de Principal e Juros - SPPI
As demonstrações contábeis individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A moeda funcional da Companhia é o Real.	O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadram no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como, por exemplo, os derivativos.
c. Uso de estimativas e julgamentos	(iii) Disponível (caixa e Equivalentes de Caixa)
A preparação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas: 4 – Aplicações e 10 – Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.	São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.
	(iv) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado
	Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descaamentos contábeis.



BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.863.655/0001-19

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício.

(v) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

• Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis do Grupo compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(vi) Ativos financeiros mensurados a valor justo por outros resultados abrangentes

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado do exercício.

(vii) Determinação do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Ações

Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3).

(viii) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

A Companhia avalia as perdas esperadas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, e ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais).

Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada da seguinte forma:

Ativos financeiros: é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a Companhia espera reaver, descontados pela taxa efetiva de juros da operação. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

As perdas de crédito esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas esperadas para a vida inteira é aplicada quando um ativo financeiro, na data de relatório, tiver aumento significativo de risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses é aplicada quando o risco de crédito não tiver aumento significativo desde o seu reconhecimento inicial. O Grupo pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente quando o ativo tiver baixo risco de crédito na data do relatório.

Com relação aos Títulos Públicos, o Grupo desenvolveu internamente um estudo para avaliação do risco de crédito desses títulos, que demonstra que a perda esperada é igual a zero para os próximos 12 meses, isto é, não há necessidade de provisão para perdas de crédito.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

Após o reconhecimento da perda de crédito esperada, a receita financeira é reconhecida utilizando a taxa de juros efetiva, que foi utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, sobre o valor contábil bruto da provisão, exceto para ativos com problema de recuperação de crédito, nos quais a taxa mencionada é aplicada ao valor contábil líquido de provisão.

A totalidade ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado do exercício.

f. Investimentos

As participações acionárias em coligadas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, acrescidas de ágio gerado nas aquisições e, para as Companhias controladas do segmento de Seguros, contempla os efeitos do normativo CPC 50 – Contratos de seguros que teve início a partir de 1º de janeiro de 2023. Os efeitos já estão reconhecidos no resultado de equivalência patrimonial. O detalhamento dos investimentos, bem como o resultado de equivalência patrimonial estão apresentados na nota explicativa 7 – Participações Societárias.

g. Ágios sobre investidas

O ágio ou deságio são originados no processo de aquisição de investidas.

O ágio representa o excesso de custo da aquisição em razão da participação no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis na empresa adquirida na data da aquisição. Quando há deságio, o montante é reconhecido imediatamente no resultado.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Uma perda por impairment em relação a ágio sobre os investimentos em coligadas pode ser revertida.

h. Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor. Em relação ao ágio, ainda que não haja indicação de perda, anualmente é realizado o teste de impairment.

i. Ativos e passivos contingentes, e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

i. Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii. Provisões para contingências passivos contingentes

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii. Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, a Companhia leva em consideração a opinião de assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável para que assim seus montantes sejam reconhecidos nas demonstrações contábeis.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes), ou por apuração de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

k. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos na apuração do valor dos ativos financeiros classificados como custo amortizado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto empréstimos e recebíveis).

l. Normas, alterações e interpretações de normas ainda não adotadas

Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são efetivas e ainda não aprovadas, são como segue:

Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo IASB IFRS S1 E S2 - Padrões de Divulgação de Sustentabilidade que trata a CFC 1710/23

As novas NBC's facultam a adoção pelas empresas nos anos calendário de 2024 e 2025, sendo obrigatório a partir do ano de 2026. A Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma.

CPC 26 - IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis-Demonstração de Resultado

A principal alteração introduzida pela IFRS 18 é a forma como as entidades que reportam irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos e financeiros.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, com o objetivo de proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional, e são, consequentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado a Companhia. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado.

b. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é exercido de forma corporativa, com permanente avaliação.

Exposição ao risco de crédito

O quadro a seguir apresenta as exposições da Companhia:

Aplicações/Rating	2024		Total
	AAA	Sem rating	
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.657.723	88.832	2.746.555
Título de renda fixa privado	2.437.638	88.832	2.526.470
Título de renda fixa público (*)	220.085	-	220.085
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	312.551	-	2.164.759
Título de renda fixa público (*)	312.551	-	312.551
Título de renda variável	-	-	2.164.759
Total	2.970.274	88.832	5.223.865

Aplicações/Rating	2023		Total
	AAA	Sem rating	
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.893.787	93.755	2.987.542
Título de renda fixa privado	2.353.420	93.731	2.447.151
Título de renda fixa público (*)	540.367	-	540.367
Opções	-	24	24
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	352.830	-	2.624.382
Título de renda fixa público (*)	352.830	-	352.830
Título de renda variável	-	-	2.624.382
Total	3.246.617	93.755	5.964.754

(*) Os títulos públicos classificados como AAA referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, com permanente avaliação.

Exposição ao risco de liquidez

O quadro a seguir apresenta as exposições da Companhia:

	Fluxo de ativos	Fluxo de passivos
Sem prazo ou liquidez imediata	596	-
Fluxo de 0 a 3 meses	4.918.244	9.024
Fluxo de 4 a 12 meses	3.173.058	5.066.487
Fluxo de 13 a 60 meses	234.838	84.344
Fluxo acima de 60 meses	335.517	14.015
Total	8.662.253	5.173.870

d. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Gerenciamento do risco de mercado

O gerenciamento do risco de mercado é exercido de forma corporativa, com permanente avaliação. Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Análise de Sensibilidade de Risco de Mercado

Fator de Risco	Choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	Cenário
Índice Bovespa em pontos	120.283	
Taxa de câmbio R\$/US\$	R\$ 6,19	
Taxa Prefixada de 1 ano	15,44%	
Cupom de IPCA de 1 ano	7,45%	
Cupom de IGP-M de 1 ano	6,83%	

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

Exercício	Taxa de juros em Reais	Índices de preços	Renda variável	Fatores de risco	
				Total sem correlação	Total correlação
Dezembro/2024	(10)	(0)	(12.957)	(12.967)	(12.960)
Definição	Exposições sujeitas à variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	Exposições sujeitas à variação do preço de ações		

e. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

O gerenciamento do risco operacional é exercido de forma corporativa, com permanente avaliação.

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2024	%	2023	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.746.555	52,58%	2.987.542	50,09%
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	2.746.555	52,58%	2.987.518	50,09%
Opções	-	-	24	-
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.477.310	47,42%	2.977.212	49,91%
Títulos de renda variável - ações	2.164.759	41,44%	2.624.382	44,00%
Notas do tesouro nacional	312.551	5,98%	352.830	5,91%
Total	5.223.865	100,00%	5.964.754	100,00%

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos.

	2024		Valor do investimento atualizado	Ajuste a valor justo
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	Acima de 360 dias		
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.526.470	220.085	2.746.555	(151)
Quotas de fundos de investimentos	2.523.214	-	2.523.214	-
Letras financeiras do tesouro	-	220.085	220.236	(151)
Letras financeiras do tesouro - Op. Compromissadas/outros (i)	3.256	-	3.256	-
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.164.759	312.551	2.477.310	(1.780.485)
Ações	2.164.759	-	2.164.759	(1.689.113)
Notas do tesouro nacional	-	312.551	312.551	(91.372)
Total	4.691.229	532.636	5.223.865	(1.780.636)

	2023		Valor do investimento atualizado	Ajuste a valor justo
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias		
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.447.175	7.734	2.987.542	(99)
Quotas de fundos de investimentos	2.420.997	-	2.420.997	-
Letras financeiras do tesouro	-	7.734	540.367	115
Letras financeiras do tesouro - Op. Compromissadas/outros (i)	26.154	-	26.154	-
Opções	24	-	24	(214)
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.624.382	-	352.830	3.920.906
Ações	2.624.382	-	2.624.382	(901.346)
Notas do tesouro nacional	-	-	352.830	395.178
Total	5.071.557	7.734	5.964.754	(943.793)

i. Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

c. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2024			2023		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.743.299	3.256	2.746.555	2.961.388	26.154	2.987.542
Quotas de fundos de investimentos	2.523.214	-	2.523.214	2.420.997	-	2.420.997
Letras financeiras do tesouro	220.085	-	220.085	540.367	-	540.367
Letras financeiras do Tesouro - Op. Compromissadas/outros (i)	-	3.256	3.256	-	26.154	26.154
Opções	-	-	-	24	-	24
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.624.382	-	352.830	2.977.212	3.920.906	(943.694)
Ações	2.624.382	-	-	2.624.382	3.525.728	(901.346)
Notas do tesouro nacional	-	-	352.830	352.830	395.17	

BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.863.655/0001-19

b. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Movimentação dos créditos tributários e tributos diferidos

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2024
Provisão judicial - Fiscais	218.652	25.796	-	244.448
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	17.981	-	(4.929)	13.052
Outros	9.141	4.717	(5.771)	8.087
Total dos créditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias	245.774	30.513	(10.700)	265.587
Ajuste a valor justo - títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	302.875	373.098	(83.660)	592.313
Total dos créditos tributários diferidos	548.649	403.611	(94.360)	857.900

	Saldo em 01/01/2023	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Provisão judicial - Fiscais	188.728	29.924	-	218.652
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	-	17.981	-	17.981
Outros	42.283	5.165	(38.307)	9.141
Total dos créditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias	231.011	53.070	(38.307)	245.774
Ajuste a valor justo - títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	403.434	124.742	(225.301)	302.875
Total dos créditos tributários diferidos	634.445	177.812	(263.608)	548.649

(ii) Movimentação das obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Saldo em 31/12/2024
Atualização de depósito judicial	53.307	17.457	70.764
Total	53.307	17.457	70.764

	Saldo em 01/01/2023	Constituição	Saldo em 31/12/2023
Atualização de depósito judicial	33.457	19.850	53.307
Total	33.457	19.850	53.307

c. Previsão de realização dos créditos tributários

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2025	5.924	2.133	8.057
2028	189.361	68.170	257.531
Total	195.285	70.303	265.588

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

7. Participações Societárias
As participações societárias estão assim apresentadas:

	Bradesco Seguros S.A.	Bradesco Segprev Investimentos Ltda. (i)	Bradesco Corretora de Seguros Ltda.	Bradesco Gestão de Saúde S.A.	BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (i)	Total
Dados 31 de dezembro de 2024						
Capital social	8.096.445	217.811	31.785	12.672.471	2.710.000	
Quantidade de ações/cotas possuídas:						
- ON	732.540	217.811.255	31.785.133	12.251.025.597	1.344.922.848	
Percentual de participação na data-base	93,65%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Total de ativos	16.091.450	387.708	65.023	13.463.873	5.440.460	
Total de passivos líquidos de provisões judiciais	3.754.931	53.543	11.230	7.791	51.100	
Provisões judiciais	117.978	-	10.692	-	148	
Patrimônio líquido	12.218.541	334.165	43.101	13.456.082	5.389.212	
Total das receitas	6.234.998	81.435	54.083	2.062.715	680.171	
Lucro líquido do período	5.771.851	73.600	31.094	2.050.144	594.152	
Saldo em 1º de janeiro de 2023	12.832.504	5.737.501	343.131	12.767.790	-	31.680.926
Redução de capital	-	-	(231.000)	-	-	(231.000)
Transferência de investimentos (i)	-	(5.480.723)	-	-	5.480.723	-
Efeitos do CPC 50 em controladas	(428.789)	-	-	(853.864)	-	(1.282.653)
Efeitos da taxa de juros reconhecido em controladas	973.200	-	-	292.255	-	1.265.455
Outorga de ações reconhecidas em controlada	-	-	-	16.273	-	16.273
Outros resultados abrangentes	-	-	-	385	-	385
Ajustes com títulos e valores mobiliários - coligadas e controladas	2.260.154	741	273	288.236	414	2.549.818
Dividendos/juros sobre capital próprio	(5.344.864)	(390.000)	(88.000)	(157.188)	(350.000)	(6.330.052)
Resultado de equivalência patrimonial	4.643.165	624.315	47.725	1.079.986	173.035	6.568.226
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.935.370	491.834	72.129	13.433.873	5.304.172	34.237.378
Efeitos da taxa de juros (ORA) reconhecido em controladas	1.526.448	-	-	822.722	-	2.349.170
Efeitos do CPC 50 e Circular 678 em controladas	52.861	-	-	4.224	-	57.085
Outorga/recompra de ações reconhecida em controlada	-	-	-	(39.271)	-	(39.271)
Outros resultados abrangentes que não transitaram no resultado	-	22.147	-	-	-	22.147
Ajustes com títulos e valores mobiliários - coligadas e controladas	(3.713.962)	11	(122)	(687.644)	(3.468)	(4.405.185)
Dividendos/juros sobre capital próprio	(5.998.133)	(212.000)	(60.000)	(2.135.000)	(505.643)	(8.910.776)
Resultado de equivalência patrimonial	4.982.716	73.600	31.094	2.057.177	594.152	7.738.739
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.785.300	375.592	43.101	13.456.081	5.389.213	31.049.287

(i) Em 30 de novembro de 2023, a Cia investida Bradesco Segprev Investimentos Ltda., fez uma cisão parcial do patrimônio líquido entregando para a acionista Bradseg Participações S.A. o Investimento detido de R\$ 5.480.723 da Cia BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.

8. Obrigações a pagar

	2024	2023
Dividendos a pagar	5.049.248	2.396.056
Pagamentos a efetuar pela compra de ações	8.455	29.462
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	17.106	26.780
Outras obrigações	14.785	8.977
Total	5.089.594	2.461.275

9. Impostos e contribuições

	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social	84.344	93.229
Total	84.344	93.229

10. Provisões judiciais
A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	7.959.653	6.893.330
Outros resultados abrangentes que não transitaram no resultado	80.068	46.427
(-) Efeitos do CPC 50 reconhecidos em controladas e coligadas	(1.337.305)	1.502.362
Lucro líquido ajustado	6.702.416	8.442.119
Constituição da reserva legal	(335.121)	(422.106)
Base de cálculo dos dividendos	6.367.295	8.020.013
Destinação de dividendos extras	-	1.000.000
Dividendos propostos no exercício	2.293.248	2.396.056
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado de exercício	36,02%	42,34%

b. Atos societários
Em 30 de abril de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária foi deliberado um aumento de capital social no montante de R\$ 574.600, elevando de R\$ 18.725.400 para R\$ 19.300.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

c. Reserva legal
Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária
Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 80% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

12. Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo		Passivo	
	2024	2023	2024	2023
Banco Bradesco S.A. (controlador) (a) (c)	3.852	28.928	5.049.248	2.396.056
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (controlada) (b)	5.644	-	-	-
Bradesco Seguros S.A. (controlada) (b)	3.122.580	497.912	-	-
Bradesco Gestão de Saúde S.A. (controlada) (b)	-	11.188	-	-
Total	3.132.076	538.028	5.049.248	2.396.056

	Despesas	
	2024	2023
Fundação Bradesco (ligada) (d)	-	(9.000)
Total	-	(9.000)

(a) Refere-se a saldo em conta corrente, operações compromissadas, aplicações em ações via fundos de investimentos e Títulos Públicos.
(b) Dividendos a receber.
(c) Dividendos a pagar.
(d) Doações.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração
Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social;
• A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do plano de previdência destinado aos Funcionários e Administradores; e
• Foi determinado o valor máximo de R\$ 30.500, líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R\$ 38.900 para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto prazo a Administradores

	2024	2023
Proventos	30.500	28.573
Planos de previdência complementar de contribuição definida	38.900	35.000
Total	69.400	63.573

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

13. Detalhamento das contas de resultado

a. Despesas Administrativas

	2024	2023
Despesas com pessoal próprio:	(67.366)	(69.946)
- Honorários da administração	(23.697)	(29.121)
- INSS/FGTS	(4.740)	(5.824)
- Planos de previdência privada	(38.929)	(35.001)
Despesas com donativos e contribuições	(1.667)	(9.905)
Despesas com serviços de terceiros	(14.048)	(10.424)
Despesas com localização e funcionamento	(7)	(4)
Despesas com publicações	(835)	(144)
Despesas administrativas diversas	(29)	(11)
Total	(83.952)	(90.434)

b. Despesas tributárias

	2024	2023
Despesas com PIS	(3.630)	(4.348)
Despesas com COFINS	(20.900)	(25.282)
Impostos Federais	(3)	(571)
Outras despesas com tributos	(4)	(3)
Total	(24.537)	(30.204)

BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.863.655/0001-19

c. Resultado financeiro

i. Receitas financeiras

	2024	2023
Receitas com títulos de renda fixa	293.851	326.871
Receitas com títulos de renda variável	154.198	240.911
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	51.346	58.382
Outras receitas financeiras	15.761	16.547
Total	515.156	642.711

ii. Despesas financeiras

	2024	2023
Despesas com títulos de renda variável	(23.198)	(102.086)
Atualização monetária de contingências passivas	(51.339)	(58.382)
Despesas com títulos de renda fixa	(27.245)	(14.808)
Taxa de gestão de fundos	(108)	(185)
Outras despesas financeiras	-	(3.236)
Total	(101.890)	(178.697)
Total geral	413.266	464.014

d. Despesas de imposto de renda e contribuição social

Impostos diferidos

	2024	2023
Constituição (realização) no exercício sobre adições temporária	2.356	(5.087)

Impostos correntes

	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social devidos	(80.781)	(123.430)

	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social devidos	(78.425)	(128.517)

14. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Resultado antes de impostos e contribuições	8.038.078	7.021.848
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(2.732.947)	(2.387.428)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Equivalência patrimonial tributada nas controladas e coligadas	2.631.171	2.233.197
Dividendos	29.559	28.173
Ajustes efetuados na declaração de rendimento - Manual	(5)	2.480
Doações, patrocínios e brindes	(808)	(3.368)
Outros Valores - Manual	(5.395)	(1.571)
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(78.425)	(128.517)
Alíquota efetiva	1%	2%

15. Outras Informações

Em novembro de 2024, o Banco Bradesco S.A. comunicou aos seus acionistas a celebração de um Acordo de Investimento com o grupo Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or") para inclusão do Hospital São Luiz Campinas na rede hospitalar Atlântica D'Or. Essa ação expandiu a parceria celebrada com a Rede D'Or, divulgada ao mercado em 8 de maio de 2024 e conservou a participação, na estrutura existente, ficando 50,01% para a Rede D'Or e 49,99% para a Atlântica. A expansão da parceria está alinhada com a estratégia da Atlântica de investir na cadeia de valor do setor de saúde por meio de parcerias com *players* estabelecidos na operação de hospitais.

DIRETORIA

Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Presidente
Vinicius Marinho da Cruz	Diretor Fiscal Corporativo
José Roberto Borges Pacheco	Diretor de Relações com o Mercado

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Carlos Trabuço Cappi
Samuel Monteiro dos Santos Junior
Marcelo de Araújo Noronha
Alexandre da Silva Glüher
Octavio de Lazari Junior
Maurício Machado de Minas

Presidente
Vice-Presidente
Membro
Membro
Membro
Membro

CONSELHO FISCAL

Alvaro Taiar Junior	Membro Efetivo
Marcos Aparecido Galende	Membro Efetivo
Edison Arisa Pereira	Membro Efetivo
Cláudia Heck Machado	Membro Suplente
Sibelli de Jesus Santana Facchin	Membro Suplente
Raquel Ribeiro Silva Winter	Membro Suplente

João Batista Zorzete
Contador
CRC 1SP248285/O-9

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da Bradseg Participações S/A. O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Bradseg Participações S/A, instituído em 20 de outubro de 2020, funciona em conformidade com o estatuto social da Seguradora e do seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

De acordo com o estabelecido no estatuto social e no seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares e, em suas funções de auditoria e fiscalização na Bradseg Participações S.A., Atlântica Hospitais Participações S.A., Bradesco Diagnósticos em Saúde S.A., Bradesco Gestão de Saúde S.A., Bradesco Corretora de Seguros Ltda, Bradesco Promotora de Vendas S.A., Novamed Gestão de Saúde Ltda, e Bradesco Segprev Investimentos Ltda., e, em atendimento à Resolução Susep 432 - Artigo 13, a manifestar-se sobre (I) atividades exercidas no período no âmbito de suas atribuições; (II) avaliação da efetividade dos controles internos da supervisionada, com evidencição das deficiências detectadas; (III) descrição das recomendações apresentadas à Presidência ou ao Diretor-Presidente, especificando aquelas não acatadas, com as respectivas justificativas; (IV) avaliação da efetividade da auditoria contábil independente e da auditoria contábil interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à supervisionada, além de seus regulamentos e códigos internos, com evidencição das deficiências detectadas; e (V) avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo CNSP e pela Susep, com evidencição das deficiências detectadas.

Atividades do Comitê

O Comitê atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, como nas avaliações das informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Global Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e, nas suas próprias análises decorrentes de observação direta para as empresas em questão.

No decorrer do ano de 2024, o Comitê, nesse sentido, desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento, que incluiu 59 reuniões, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de conformidade; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela Auditoria Interna e Auditoria Externa; e (iv) avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras; e (v) acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelas Empresas. Outras quatro reuniões ocorreram com o Comitê de Auditoria do Conglomerado Bradesco.

Nesse sentido, em quatro reuniões, no ano, com o Conselho de Administração o COAUD teve a oportunidade de apresentar a Avaliação dos Controles Internos, tendo sido efetuadas recomendações, as quais foram acolhidas pelas diretorias das empresas.

Recomendamos, ainda, o acompanhamento por parte da Auditoria Global Interna do conglomerado Bradesco e da Auditoria Externa KPMG dos quesitos contábeis, onde foram apresentados os planos de ações e regularizações, objeto de destaques no decorrer do ano de 2024, procedimentos esses que estão aderentes às práticas da Auditoria.

Adicionalmente, com relação aos trabalhos realizados pela Auditoria Global Interna do Conglomerado, nos quesitos contábeis, o Comitê teve acesso aos relatórios elaborados, não tendo havido nenhuma recomendação adicional aos planos de ação apresentados na finalização desses trabalhos, estando todos eles dentro dos prazos ajustados durante os trabalhos. Os apontamentos efetuados, disponibilizados ao COAUD, findaram o ano de 2024, com as ações compromissadas implementadas para correção dos apontamentos e sua finalização no início de 2025.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é da Administração das empresas.

Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e gestão da conformidade.

O Comitê estabeleceu canal regular de comunicação com os auditores independentes, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O Comitê de Auditoria teve acesso a esse relatório, não tendo havido nenhuma recomendação por parte dos auditores independentes.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os Auditores Independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas nos respectivos documentos, não tendo registrado apontamentos.

O Comitê não tomou ciência de nenhuma ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude, bem como erros relevantes nas demonstrações financeiras, no ano de 2024, que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade das Empresas ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições, na forma descrita neste relatório, o Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, entende que o sistema de controles internos, a auditoria interna e a auditoria contábil independente KPMG atendem os requisitos de efetividade requeridos pelo regulamento vigente. O Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras correspondentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2024 estão em conformidade e recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Barueri, 28 de março de 2025

Maurício Machado de Minas – Coordenador
Paulo Pereira Ferreira - Membro

Roberto Westenberger - Membro
Paulo Sérgio Rodrigues - Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Acionistas da

Bradseg Participações S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Bradseg Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradseg Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo com base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executados para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

